

FALA PEDAGOGIA

Algumas contribuições para a construção do projeto político pedagógico na escola¹

Daniela Erani Monteiro Will

O Projeto Político Pedagógico (PPP), há alguns anos, está na pauta de discussões dos órgãos gestores educacionais, bem como das instituições escolares. Nestas, a preocupação tem sido maior, já que, para muitas, foram instituídos prazos para elaboração e entrega desse documento aos órgãos responsáveis sem que o assunto fosse minimamente discutido. A construção do PPP acaba sendo concebida como a elaboração de um documento que será entregue para ser arquivado nas secretarias de educação.

Diante do exposto, o presente artigo levanta algumas questões a respeito das limitações que envolvem determinada concepção de PPP, com o objetivo de contribuir para as discussões que se desenvolvem entre os profissionais da educação.

Ao longo dos anos, poucos foram os avanços relacionados à construção do PPP. Apesar de tratar-se de uma exigência dos órgãos gestores, ao ser elaborado, com raras exceções, acaba por não contribuir, efetivamente, para a melhoria da qualidade do ensino.

Por qual motivo isso acontece? No que o PPP pode influenciar a organização do trabalho escolar? A maneira como é elaborado nas escolas tem contribuído para sua operacionalização?

No decorrer desse estudo, serão apontados alguns subsídios para que se possa refletir sobre os questionamentos levantados acima. Para tal, é necessário compreender alguns mecanismos vigentes em nossa sociedade que se expressam, também, no interior da escola.

A organização do trabalho na escola estruturada pela sociedade capitalista, tem como objetivo a manutenção das relações sociais de produção, refletindo as desigualdades sociais existentes, tentando reforçá-las para a manutenção do poder da classe dominante.

Pedagoga e mestranda em educação pela UFSC, linha de pesquisa: Ensino e Formação de Educadores.

Dentro desse contexto, que não é irreversível pois foi construído historicamente, destaca-se a importância de uma prática pedagógica interessada na discussão de tais mecanismos em busca de uma transformação social e da democratização total do ensino. Com isso, não estou querendo dizer que a escola é a única responsável por essa transformação, mas ela é o espaço legítimo, institucionalizado, destinado à socialização do conhecimento produzido pela humanidade. E, se, ainda não o é, pode vir a ser um lugar de discussão e conhecimento da realidade como ela é.

Para que isso ocorra, no entanto, é necessário que a democratização do ensino aconteça realmente, que vá além do acesso à escola, que permita a permanência do educando no sistema escolar e, ao mesmo tempo, contemple um ensino que favoreça sua atuação como sujeito crítico em todas as esferas sociais.

Como farão isto? Certamente reproduzindo, já que não existe outra alternativa possível. Mas não reproduzindo ingenua e espontaneamente, com base no senso comum e na ideologia, mas reproduzindo o que se escolheu, com a firmeza da opção crítica e da teoria, com modelos de interpretação da realidade e metodologias de ação que sejam eficazes. (GANDIN, 1994, p. 18).

Segundo Hora (1997, p. 35), uma das vias para a democratização do ensino, “[...] passa pelas mudanças nos processos administrativos no âmbito do sistema escolar, vislumbrada através da participação de professores e pais nas decisões tomadas, eleições para cargos eletivos, assembleias e eliminação das vias burocráticas.”

Neste sentido, o Projeto Político Pedagógico é uma das vias para a organização do trabalho pedagógico na escola tendo em vista a democratização do ensino e das relações que se desenvolvem no interior do sistema escolar, desde que sua elaboração seja produto de um esforço coletivo e expresse os anseios, necessidades e interesses da classe constituidora da escola. Segundo Paro (1992, p. 39),

se concebermos a comunidade – para cujos interesses a educação escolar deve-se voltar – como real substrato de um processo de democratização das relações na escola, parece-me absurda a proposição de uma gestão democrática que não supunha a comunidade como sua parte integrante.

Cabe apresentar, como alguns autores têm concebido o PPP no momento atual. Nas palavras de Veiga (1997, p. 13),

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária.

Menegolla e Sant'anna (1991, p. 24) conceituam o projeto educacional numa perspectiva humana, expressando que

é necessário um projeto que dimensione o processo educativo e reconstrutivo do homem, que vise planejar a ação educativa para que o homem viva o presente, e , ao mesmo tempo, se projete para o futuro, que está cada vez mais próximo.

Segundo Bussmann (1997, p. 38),

O Projeto Político-Pedagógico delinea de forma coletiva a competência principal esperada do educador e de sua atuação na escola. Ao delinear essa competência, o projeto político-pedagógico consolida a escola como lugar central da educação básica, numa visão descentralizada do sistema. Ao ser discutido, elaborado e assumido coletivamente, oferece garantia visível e sempre aperfeiçoável da qualidade esperada no processo educativo e, assim, sinaliza o processo educativo como construção coletiva dos professores envolvidos. E ainda, ao se constituir como processo, indica e reforça a função precípua da direção da escola e da equipe diretiva ou coordenadora de cuidar da "política educativa", do alcance e da globalidade do processo educativo na escola e de liderá-lo, administrando a consecução dos objetivos.

A compreensão do PPP como uma elaboração coletiva que está em permanente processo de construção, reflexão e modificação, traz uma significação de outra natureza que não pode ser definida como somente documental e burocrática.

O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e

vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.(VEIGA, 1997, p. 12).

Os conceitos de PPP, contudo, devem estar associados a uma visão pedagógica mais ampla, isto é, a uma concepção de homem e educação coerentes com os objetivos que se deseja alcançar. E, é neste ponto que reside uma das questões fundamentais para a discussão da importância da efetivação do PPP nas instituições de ensino.

Faz-se necessário, assim, que a escola tenha claro quais são os objetivos que pretende atingir, fundamentados em uma concepção de homem e educação que venha a satisfazer os interesses de uma maioria, a fim de que as relações de poder vigentes na sociedade capitalista sejam desveladas no interior escolar. Esse é um caminho a ser trilhado para que as relações que se desenvolvem na escola sejam democratizadas e menos hierarquizadas.

O professor, nesse entendimento, não é mais aquele que domina todo o saber e o aluno somente aquele que ouve, passivo, o que o professor ensina. Estas mudanças de postura, porém, não estão restritas a sala de aula: até os profissionais que desempenham outras funções como as merendeiras e vigias, por exemplo, passam a compreender como educativas suas funções na unidade escolar e o quanto sua atuação pode contribuir na qualidade do processo pedagógico.

Se o PPP, por outro lado, é entendido na escola somente como um documento de ordem burocrática que serve para o cumprimento de tarefas, perde totalmente seu caráter autônomo e de vontade coletiva. E, como consequência, acaba por não expressar as reais necessidades dos atores sociais envolvidos no processo escolar.

Os movimentos em torno da elaboração e efetivação do PPP, trazem o traço de uma autonomia em relação aos órgãos gestores e buscam relações internas mais democráticas, provocando um outro tipo de relacionamento entre a comunidade e os atores internos da escola.

É importante salientar, ainda, que cada um dos profissionais da educação, dos alunos e da comunidade, capta o processo pedagógico de um ponto de vista específico. Como afirma Leonardo Boff (apud GARCIA,1987, p. 60) “ponto de vista é apenas a vista de um ponto.” Desta forma, no desenvolvimento de tais relações, diferentes pontos de vista são confrontados e se articulam buscando um referencial próprio e comum para a realidade escolar, totalizando em uma organização que seja capaz de englobar todos os aspectos pedagógicos, buscando uma educação inclusiva, de qualidade e que atenda aos interesses da maioria.

A qualidade, do ponto de vista das classes populares, está por ser construída. Esta qualidade deve ser gestada no interior da escola, por todos os profissionais que nela atuam e que estejam comprometidos com a transformação da escola e da sociedade; e que, articulados em suas ações, complementam-se em suas diferenças, ampliando nesta articulação os limites de suas visões e constroem coletivamente uma qualidade nova. (GARCIA, 1987, p. 61).

A qualidade, assim, não será construída de “fora para dentro”, mas deve surgir e se concretizar dentro da escola, a partir das pessoas que conformam o cotidiano escolar.

A organização capitalista que justifica as desigualdades sociais como necessárias, inevitáveis e de ordem individual, por sua vez, dificulta a discussão acerca da elaboração do PPP nas escolas. Tal organização, como sabemos, não tem priorizado o atendimento às instituições educativas, pelo contrário, vêm implantando políticas governamentais de sucateamento da educação pública, camufladas por ações que comprometem e responsabilizam a sociedade.

O desenvolvimento dessas políticas tem dificultado o desencadeamento de processos de discussão nas escolas por diversos motivos. Dentre eles, destacam-se os baixos salários pagos aos professores da rede pública, o excesso de trabalho provocado pela atuação em mais de uma instituição, entre outras dificuldades. Tudo isso resulta em falta de tempo, fadiga, estresse e até mesmo o desenvolvimento da síndrome de *burnout*².

A dedicação parcializada dos profissionais da educação à instituição na qual atuam dificulta o desenvolvimento de um trabalho qualificado e consistente nas escolas. A qualidade da formação inicial e continuada dos profissionais – quando ocorre – também é um fator que contribui para o agravamento da situação apresentada.

Mesmo enfrentando dificuldades, a escola deve encontrar uma maneira de propiciar e articular discussões e reflexões acerca da elaboração do Projeto Político Pedagógico e fazer deste, também, um instrumento de luta em favor de um investimento maior e mais qualificado no ensino público.

Um PPP elaborado e articulado de acordo com os interesses da comunidade escolar, constitui-se instrumento de uma prática coletiva, comprometida com os interesses da maioria, fazendo com que haja compromisso das pessoas envolvidas já que integram o processo educativo.

Sendo assim, o PPP constitui-se como um documento em permanente processo de discussão e reflexão a partir das práticas pedagógicas que se desenvolverem, contribuindo com a organização de todo o trabalho da escola, já que apresenta as bases para o andamento de todas as atividades desenvolvidas no processo pedagógico, tais como: planejamento, matrículas, conselhos de classe, reuniões de pais, pedagógicas, conselho deliberativo, bem como diretrizes curriculares gerais e específicas para a atividade docente e dos outros profissionais que atuam no ambiente escolar.

A escola passa a ser, ela própria, formadora de suas bases e diretrizes curriculares, respeitando somente as normas gerais dos órgãos públicos gestores para seu funcionamento. Mas é ela, porém, quem decide qual sujeito quer formar, quais meios utilizará e como as atividades pedagógicas e administrativas serão organizadas em função dos objetivos traçados.

Para tanto, a comunidade escolar precisa estar consciente da necessidade e importância desse processo. Ao organizar encontros entre seus setores e a comunidade em geral, estará propiciando a reflexão sobre a atual situação da realidade escolar. E, ao mesmo tempo, o conhecimento das práticas pedagógicas e as conseqüências sociais destas práticas, aprofundando, assim, a compreensão crítica da organização social vigente e da organização social que se pretende construir.

Diante da situação educacional apresentada, considero que o Projeto Político Pedagógico é uma estratégia de trabalho que, se bem configurada, pode vir a ser elemento desencadeador de significativas modificações nos processos, na organização e nas práticas escolares em busca de uma escola verdadeiramente democrática.

Notas

- 1 Artigo elaborado para a conclusão da disciplina “Estratégias do Trabalho Escolar”, no semestre de 2000.2, do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina UFSC.
- 2 Síndrome de *burnout*, ou “mal estar” (docente), atinge professores brasileiros e de outros países do mundo. Segundo Codo (1999, p. 238) “é uma síndrome através da qual o trabalhador perde o sentido da sua relação com o trabalho, de forma que as coisas já não o importam mais e qualquer esforço lhe parece ser inútil.”

Referências

- BUSSMANN, Antônia Carvalho. O Projeto Político Pedagógico e a gestão da escola. In: VEIGA, Ilma P. A. (Org.). *Projeto Político Pedagógico: uma construção possível*. 3. ed. Campinas: Papirus, 1997.
- CODO, Wanderley (coord.). *Educação, carinho e trabalho*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FERRETTI, Celso João. *Uma nova proposta de orientação profissional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- GANDIN, Danilo. *A prática do planejamento participativo*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GARCIA, Regina Leite. Construindo uma nova escola com os “especialistas”. *Prospectiva*. Porto Alegre, 1987.
- HORA, Dinair Leal da. *Gestão democrática na escola*. Campinas: Papirus, 1997.
- MENEGOLLA, Maximiliano; SANT’ANNA, Ilza Martins. *Por que Planejar? Como planejar?* 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- PARO, Vitor Henrique. Participação da comunidade na gestão democrática da escola pública. *Idéias*, São Paulo, n. 12, 1992.
- VEIGA, Ilma P. A. Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: _____ (Org.). *Projeto Político Pedagógico: uma construção possível*. 3. ed. Campinas: Papirus, 1997.

Recebido: 05/08/2002
Aprovado: 06/10/2002

Daniela Erani Monteiro Will
Endereço residencial: Rua 25 de novembro, 282 - Floresta -
88110-690 - São José - SC
E-mail: danielamw@hotmail.com